

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Susana Salum Rangel

Boletim Gaúcho de Geografia, 20: 35-38, dez., 1995.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38031/24534>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - dez., 1995

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Susana Salum Rangel *

Introdução – O atual contexto educacional brasileiro exige um aprofundamento no debate sobre a formação de professores. A vida acadêmica está envolvida com a discussão da qualidade do ensino. Questionam-se os padrões de qualidade dos cursos oferecidos pelas universidades, particularmente, as licenciaturas.

Poucas instituições de nível superior conseguiram resguardar a qualidade da formação profissional, mesmo assim, em graus diferenciados por áreas de conhecimento. Algumas introduziram novas áreas com desenvolvimento qualitativo, outras, simplesmente, despencaram em termos de qualidade. Não é incomum observar-se que algumas universidades, na falta de projetos criativos que as aproximem do futuro, voltam-se a práticas já vividas, em modelos acadêmicos esgotados. A impressão que se recolhe é de um transe da universidade brasileira, abalada por interesses partidários, corporativistas e ideológicos. O campo universitário torna-se, assim, fértil a medidas espúrias que projetam mais e mais inconstância na vida acadêmica. O processo evolutivo do ensino superior não é natural, próprio do aperfeiçoamento telúrico de cada instituição, mas sempre determinado por forças externas, oriundas de fontes, por vezes, de duvidosa competência. As distorções agigantam-se movidas pelas dependências externas à dinâmica universitária e pela entropia criada pela inércia do sistema.

As licenciaturas, responsáveis pela formação de professores, acumularam, nos últimos anos, padrões de ineficiência. O nível de qualidade oferecido está longe de corresponder a necessidades de melhorias no desempenho profissional. Há um quebra-cabeça que confronta a qualidade do aluno das licenciaturas com a qualidade da própria licenciatura. É dispensável saber-se em que ponta começa o enfraquecimento do processo educacional no que se refere à formação de professores. O importante é que em uma delas, fundamental ou superior, ou em ambas de preferência, se inicie a razão de qualidade.

Formação atual – A formação do professor de Geografia não é uma prática acadêmica isolada. Ao contrário, faz parte do contexto das licenciaturas. Com pequenas variantes, resguardadas determinadas características muito próprias de algumas áreas, as licenciaturas estão estruturadas em modelos que já não mais respondem às exigências da atualidade. Na verdade, as licenciaturas foram criadas para atender a demanda de professores, tendo em vista a expansão contínua das escolas de primeiro e segundo graus. Os currículos das licenciaturas refletiram o modelo informativo que caracterizou a educação fundamental por muitos anos. Mesmo levando em conta as repetidas reformas curriculares, foram pequenos os acréscimos que pudessem conduzir à mudança substancial da prática acadêmica.

As licenciaturas de Geografia, particularmente, além da herança teórica, sofreram uma fase de desprestígio dessa área do conhecimento. O licenciado limita-se, na maioria das vezes, a repassar informações geográficas. Muitos esforços são desenvolvidos para qualificar o profissional da Geografia. Inúmeras discussões acadêmicas têm sido travadas. Mas não se pode fugir à realidade que evidencia a fragilidade na formação do licenciado. Há uma compartimentação entre os diversos níveis de ensino que conduz à descontinuidade no acervo de conhecimentos atualizados e na aplicação de novas metodologias de aprendizagem dos licenciados. É importante não esquecer que a formação do profes-

sor deve ser entendida como um processo que se prolonga e consolida no exercício profissional.

Há outro fator que tem determinado o enfraquecimento no desempenho profissional do licenciado em Geografia. Trata-se da imagem, nem sempre correta, de que o curso de Geografia não impõe um nível de maior dificuldade e, portanto, é acessível àqueles que não demonstram aptidão para os cursos com maior grau de exigência. A clientela da Geografia, por esse ângulo analítico, forma um padrão de aproveitamento deficiente. A consequência é, lamentavelmente, a consagração de um padrão de aplicação curricular suficiente para o padrão do aluno, mas insuficiente à caracterização de um profissional de alta qualificação.

Na análise da aplicação curricular dos cursos de Geografia, nota-se, sem muito esforço, que o elenco de disciplinas não corresponde às novas exigências básicas do campo delimitado à Geografia. Foram introduzidas disciplinas importantes para o desempenho profissional, mas sem as correlações necessárias com outras não oferecidas ou insuficientemente oferecidas. Muitas vezes, o problema não está somente na presença ou não de determinadas disciplinas, mas o caráter do oferecimento, na relação teórico/prática. Por outro lado, nem sempre o professor designado para lecionar uma disciplina que representa um eixo temático importante está devidamente habilitado. Os resultados, nesse caso, são desastrosos. Essa constatação conduz à evidência de outro problema. A qualificação do corpo docente nem sempre obedece aos critérios que consideram interesses do curso. A maioria dos professores que se encaminha para o mestrado e/ou doutorado fazem opções pessoais por área de especialização. O que se observa, numa faixa razoável de tempo, é o congestionamento de especialistas em determinados campos geográficos e lacunas em outros.

Todos os problemas levantados, em conjunto, configuram a chamada crise das licenciaturas, embora com enfoque específico à Geografia. Não há uma fórmula mágica que corrija as distorções a curto prazo. As mudanças, tanto na estrutura das universidades como do ensino fundamental são difíceis e de médio para longo prazo. Também não podem ser impostas de cima para baixo. Devem, sobretudo, ser o resultado de experiências novas em cada instituição e serem introduzidas gradativamente.

Algumas sugestões – O fortalecimento dos cursos de Geografia é a meta principal. A flexibilização do currículo pode contribuir, significativamente, para absorver os desafios da ciência e da tecnologia. É preciso, inicialmente, operacionalizar a qualidade curricular. Essa deve, por sua vez, refletir as necessidades de formação exigidas pelo mercado de trabalho. É indispensável levantar o campo de atuação do profissional de Geografia e quais as habilitações que podem torná-lo competitivo. Essa formulação é válida tanto para o licenciado como para o bacharel, na dicotomia atual, ou para a unicidade do profissional da Geografia que deverá prevalecer no futuro. A mudança curricular precisa afastar-se da visão eminentemente acadêmica para inserir-se na realidade do desempenho profissional. Ainda que se deva formar licenciados e bacharéis, a profundidade de conhecimentos, a qualidade, a conduta profissional e o compromisso com a formação do cidadão devem se situar num mesmo patamar. O processo de qualificação das licenciaturas deve transcender a eficiência do ensino para possibilitar a formação do educador, o cidadão capaz de contribuir para as reformas que a sociedade precisa.

O curso de Geografia pode ser desenvolvido, prioritariamente, em aulas práticas. O embasamento teórico deve exigir de imediato a aplicação prática. Em muitas disciplinas, pode-se introduzir a formulação teórica no próprio exercício da prática. As aulas práticas, portanto, imprimem expressão de qualidade ao curso. Na aplicação prática da formação do geógrafo (licenciado/bacharel) é indispensável o desenvolvimento de uma técnica que identifique o profissional da Geografia.

À nova estrutura curricular deve corresponder um programa de especialização de professores, capaz de assegurar, com o desempenho docente qualificado, o padrão de qualidade para os profissionais da Geografia. Qualquer tentativa de introduzir qualidade nos cursos de Geografia tem consequências sistêmicas. Se o sistema acadêmico não responde às novas exigências da formação profissional, é preciso pensar na mudança da estrutura orgânica e administrativa da universidade. Isso pode ocorrer, guardadas as peculiaridades próprias de cada instituição, em nível interno.

Outra mudança importante na qualificação da formação profissional diz respeito à sala de aula. A nova sala de aula precisa estar dotada dos meios tecnológicos que a tornem um verdadeiro laboratório para as aulas teóricas. Há um conjunto de equipamentos que podem representar um acréscimo de qualidade nas formulações teóricas. Tais equipamentos devem estar instalados na sala de aula, disponíveis para uso imediato. Todos os professores precisam passar por treinamento para uso adequado dos equi-

pamentos, como ocorre em áreas como medicina e engenharia. Os laboratórios de aulas práticas também precisam estar dotados de equipamentos modernos, especialmente bem colocados, tornando o ambiente de trabalho agradável e estimulante.

A pesquisa precisa ganhar mais espaço nas atividades dos professores. É fundamental que os alunos tenham maior participação nos projetos de pesquisa. Muitas fases das atividades de pesquisa podem ser desenvolvidas nas aulas práticas, por grupos de alunos orientados pelos professores.

O sistema de avaliação irá se adaptar às novas práticas do desenvolvimento curricular, ganhando peso as atividades dos alunos em aulas práticas e participação em projetos de pesquisa.

A reestruturação das licenciaturas deve contemplar a formação continuada. As universidades devem capacitar nas áreas das disciplinas, da pesquisa educacional e nos campos teóricos do conhecimento. Têm, portanto, as melhores condições operacionais para a dinamização da formação continuada, aumentando as oportunidades de participação institucional e de opções teórico-práticas. A universidade agrega competências específicas que a tornam responsável pela formação continuada com o vigor e a importância que se fazem necessárias. O que se observa são iniciativas periódicas, em geral estimuladas e financiadas por agentes externos à universidade.

A formação de professores não é assumida como dimensão institucional de primeira linha apesar de, na realidade, a universidade manter inúmeros cursos, cujos egressos serão profissionais do ensino. Procura-se, hoje, através de mudanças, uma universidade que assuma de fato a responsabilidade social pela formação e qualificação dos profissionais que atuarão nos diversos níveis do processo educacional.

Há necessidade de se implementar na universidade pesquisas educacionais e didáticas, estudar modelos alternativos de formação, integrando trabalhos desenvolvidos por especialistas, técnicos, professores universitários e de outros níveis de ensino. Os professores, em geral, experimentam certa desconfiança quanto às possibilidades de contribuição formativa da universidade, o que é compreensível pela experiência vivenciada. É suficiente recordar os cursos com infundável sucessão de exposições, muitas vezes em linguagem de difícil decodificação, ou palestras em que se fazem verdadeiras prescrições educativas, sem nenhuma preocupação com as reais possibilidades de transferência à prática cotidiana dos professores em suas condições de trabalho. É preciso considerar, também, a técnica de discussão sobre a formação continuada do professor pela comunidade docente universitária. Geralmente não dispensam o devido valor ao patrimônio da experiência e do conhecimento que dispõem os professores de outros níveis, construídos na prática profissional, e que expressam um padrão de competência. É necessário reconhecer esses valores para o desenvolvimento de atividades formativas, de pesquisa e experimentação. Tal prática implica, contudo, profunda mudança na cultura profissional acadêmica.

É importante, ainda, ressaltar, na busca de novos modos de ação na área de formação de professores, as relações passíveis de se estabelecer entre as áreas específicas do conhecimento e os componentes profissionais amplos. A formação do professor requer o aporte conjunto da dimensão da disciplina específica e da dimensão das ciências da educação. A idéia é a alternativa entre áreas do sistema acadêmico que permita pensar na formação do professor em bases institucionais de natureza interdisciplinar e na proposição de planos e esquemas de ação para a educação continuada dos professores.

A crise na área de formação de professores é de finalidade formativa, com componentes significativos da crise econômica, organizacional, de estrutura curricular e metodológica. A implementação da formação continuada restabelecerá a relação de comunicação e trabalho da universidade com as escolas de primeiro e segundo graus, possibilitando, seguramente, acréscimos de qualidade no sistema educacional como um todo.

Conclusão – A qualidade nas organizações universitárias não é um mero exercício de retórica acadêmica. São necessárias medidas de médio e longo alcance, envolvendo mudanças estruturais e de comportamento. Há naturalmente custos a serem computados, o que representa uma dificuldade considerável atualmente. Mas o mais difícil é enfrentar a resistência à mudança. A reconfiguração sistêmica exige mudanças de hábitos e condutas já consolidados. Nas comunidades universitárias, médias e grandes, principalmente, a vontade de mudar confronta-se com a vontade de permanecer como está. Então cria-se uma estranha falácia acadêmica em torno da qualidade. Todos acham que é preciso introduzir melhorias no sistema, desde que isso não mude as rotinas da maioria.

A mudança exige uma determinação extraordinária de quem a postula. Quando muitos a postu-

lam, forma-se um movimento forte em favor da mudança. É preciso, contudo, encontrar a mesma determinação em quem disponha dos instrumentos decisórios de poder.

Vive-se um tempo no qual é preciso cobrar a concretização das propostas resultantes das análises processadas, viabilizando-as de acordo com as peculiaridades próprias de cada instituição, assegurando, contudo, uma base comum de ação. Caso contrário, ano após ano, serão contabilizados os mesmos fracassos e apontados os mesmos problemas.

* Professora no Departamento de Geociências e coordenadora da Comissão de Curso de Geografia da FURG.